

# ESTUDO MODELOS DE FINANCIAMENTO PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA



INVESTIR  
NA TRANSIÇÃO  
ENERGÉTICA

FEVEREIRO 2026

# INDÍCE

Editorial	<b>2</b>
Sumário Executivo	<b>4</b>
Metodologia	<b>5</b>
Caracterização da amostra	<b>5</b>
Transição energética como prioridade	<b>6</b>
Investimento realizado	<b>7</b>
Montantes de investimento realizado	7
Projetos de transição energética	8
Fontes de financiamento	10
Investimento não realizado	<b>13</b>
Opções de financiamento alternativas	<b>15</b>
Obstáculos e desafios	<b>16</b>
Considerações Finais	<b>17</b>



**Filipa Pantaleão**

Secretária-Geral do BCSD Portugal

O projeto **RAISE-PT**, cofinanciado pelo programa **LIFE-CET**, demonstra de forma clara o impacto que a política pública europeia pode ter quando está bem orientada. Pelos resultados alcançados, pelos outputs produzidos e pelo reconhecimento das entidades envolvidas, este projeto confirma o papel do LIFE como instrumento essencial para identificar barreiras, propor soluções, dar bons exemplos e práticas e, assim, acelerar a implementação do **European Green Deal** na economia real.

Um dos sinais mais fortes deixados por este estudo é a **centralidade da colaboração**, como se pode perceber na página 8. Apesar de a maioria dos investimentos em transição energética continuar a ser realizada internamente pelas organizações, os dados evidenciam o enorme **potencial de projetos desenvolvidos em parceria**, capazes de gerar escala, reduzir risco e acelerar a inovação. Esta conclusão vai ao encontro da missão do BCSD Portugal: construir uma rede empresarial colaborativa, condição indispensável para uma transição energética eficaz, competitiva e mais rápida.

O estudo expõe também um facto particularmente revelador: as empresas reconhecem a transição energética como um **fator de maior competitividade e de reforço da segurança energética dos seus negócios**, caso contrário **o capital próprio não continuaria a ser a principal fonte de financiamento** destes investimentos. Esta evidência contraria o que tradicionalmente aprendemos nas escolas de gestão, onde a alavancagem financeira é frequentemente apresentada como a estratégia mais eficiente para maximizar resultados.

Este desalinhamento revela um **enorme potencial de convergência** para aumentar significativamente o financiamento sustentável. Num contexto em que o setor financeiro é chamado a reforçar o seu *green asset ratio*, será expectável e, necessário, uma melhor comunicação, maior adequação dos instrumentos financeiros e um encontro mais eficaz entre **projetos bancáveis e linhas de financiamento comercial** orientadas para a transição energética.

Mais do que uma resposta às alterações climáticas, este estudo confirma que **a transição energética é uma alavanca de competitividade e de autonomia estratégica europeia**. As menores taxas de juro associadas a projetos sustentáveis, o reforço da segurança energética através do armazenamento e das baterias, e o investimento em soluções que preparam o futuro dos negócios mostram que estamos perante uma oportunidade económica, não apenas ambiental.

O RAISE-PT é, assim, um contributo concreto para transformar ambição europeia em ação empresarial, demonstrando que financiar a transição energética é investir no futuro da economia europeia.

Parabéns à Comissão Europeia pelo apoio através do programa LIFE, aos parceiros do RAISE-PT pela dedicação e visão colaborativa, e à equipa do BCSD Portugal pelo contributo decisivo na construção destas evidências.



**Filipe Vasconcelos**

Executive Board Member na The Equator Company

## **A transição energética não falha por falta de capital. Falha por falta de execução.**

A transição energética deixou de ser um tema de agenda futura. É hoje um factor crítico da competitividade das empresas, da resiliência económica e de posicionamento estratégico dos países com elevada incerteza geopolítica e pressão sobre cadeias de valor. Quem for incapaz de a executar com escala, previsibilidade e velocidade ficará exposto a riscos crescentes: financeiros, regulatórios e operacionais.

Importa clarificar: o problema não é tecnológico. As soluções existem e, em muitos casos, são economicamente mais competitivas do que os modelos energéticos que pretendem substituir. Também não é, como muitas vezes se sugere, um problema estrutural de falta de financiamento. O capital está disponível e o interesse do sector financeiro é real. O que continua a falhar é a capacidade de transformar ambição política e empresarial em projectos executáveis.

É neste contexto que surge o RAISE. Não como mais um exercício académico ou de diagnóstico, mas como uma tentativa deliberada de enfrentar o verdadeiro nó da transição energética: a fragmentação do processo de decisão, a burocracia associada ao investimento e a ausência de plataformas eficazes de articulação entre quem regula, quem financia e quem executa.

Ao longo do projecto, tornou-se evidente a distância entre o discurso e a realidade no terreno. A principal conclusão não foi a inexistência de recursos financeiros, mas a dificuldade persistente em processos de licenciamento longos, ambíguos na decisão e frequentemente contraditórios. A falta de previsibilidade regulatória continua a penalizar decisões de investimento e a aumentar o custo do capital, mesmo em projectos alinhados com objectivos climáticos claros.

Não basta ter metas ambiciosas em documentos estratégicos, a transição energética faz-se com regras claras, processos coordenados e confiança entre os diferentes actores do sistema. Exige espaços onde os bloqueios possam ser discutidos sem retórica, onde as boas práticas sejam partilhadas e onde soluções concretas possam ser desenhadas com base na realidade económica e operacional.

É esse o papel que o RAISE procura desempenhar: criar um espaço de diálogo informado e orientado para a execução, capaz de reduzir fricções, alinhar incentivos e mobilizar investimento de forma consistente e sustentável. Num momento em que o tempo é um factor crítico de competitividade, continuar a adiar decisões estruturais não é uma posição neutra. É uma escolha. E, cada vez mais, uma escolha com custos económicos difíceis de ignorar.

Este artigo não segue o Acordo Ortográfico.

# SUMÁRIO EXECUTIVO

O projeto [RAISE-PT](#), cofinanciado pelo programa LIFE-CET da Comissão Europeia, teve como objetivo ultrapassar as atuais barreiras que estão a impedir o nível de investimento necessário para a transição energética em Portugal, através do envolvimento e colaboração de atores de vários setores relevantes.

A Europa comprometeu-se a ser o primeiro continente neutro em carbono até 2050 e, para traduzir esta ambição em ação concreta, é necessário um investimento maciço em energia sustentável que exige não só uma liderança política como também o apoio financeiro de empresas privadas e da sociedade civil e assumir uma posição de força neste tema. É nesse sentido que surge este projeto, como uma forma de acelerar a transição energética em Portugal, contribuindo para a melhoria do quadro político para o financiamento da energia sustentável, e para a promoção do investimento nesta área.

O projeto reuniu um consórcio de quatro entidades com experiência e influência nacional em várias áreas-chave neste âmbito: a [S317 Consulting](#) (coordenação), o [BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável](#), a [DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor](#) e a [RNAE - Associação das Agências de Energia e Ambiente](#).

Ao longo dos dois anos, o projeto RAISE-PT envolveu um vasto leque de organizações em diversas atividades destinadas a promover abordagens inovadoras e a estimular o investimento em projetos de transição energética.

Durante o primeiro ano, o RAISE-PT focou-se na identificação das barreiras que dificultam o investimento na transição energética em Portugal, bem como em potenciais soluções para as superar. No segundo ano, explorou iniciativas e modelos de financiamento, analisando como estes poderiam contribuir para superar as barreiras previamente identificadas e para o aumento do investimento. Paralelamente, foi realizado um questionário aberto para avaliar como diferentes organizações e setores investem ou financiam projetos de transição energética e para identificar abordagens inovadoras emergentes em Portugal.

Este relatório apresenta as conclusões do estudo realizado sobre os modelos de financiamento da transição energética, apresentando um diagnóstico de como o investimento na transição energética está atualmente a ocorrer em Portugal, e destaca as tendências que estão a moldar o futuro deste panorama de investimento.



# METODOLOGIA



**Amostra**  
100 entidades



**Recolha de informação**  
Questionário online  
no *Microsoft Forms*



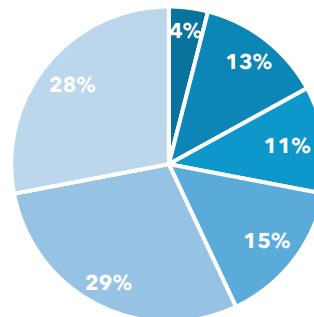
**Duração da recolha**  
Junho a Agosto de  
2025 (2 meses)

## CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

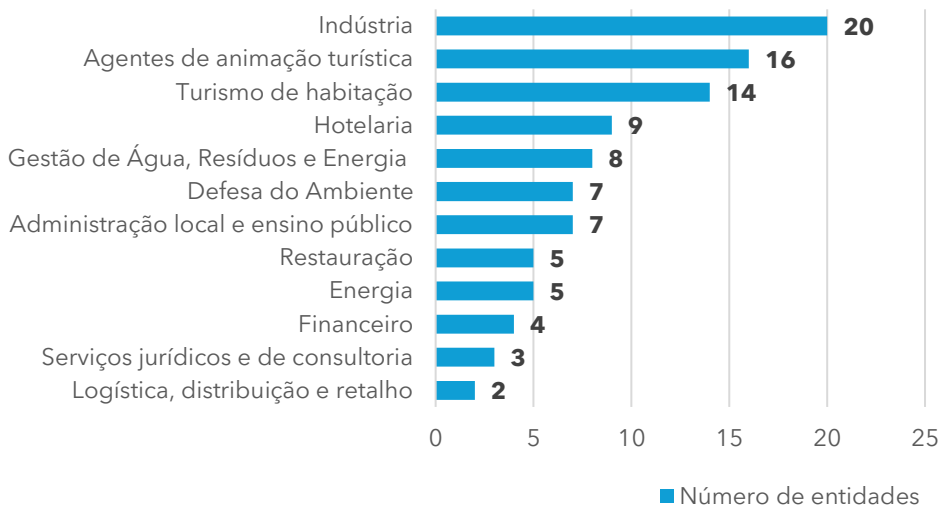
O presente estudo contou com uma **amostra de 100 participantes**, representando um conjunto diversificado de tipologias de entidades e setores de atividade.

### TIPOLOGIA DE ENTIDADES

- Entidade financeira
- Entidade pública
- Entidade sem fins lucrativos
- Grande empresa
- PME
- Microempresa

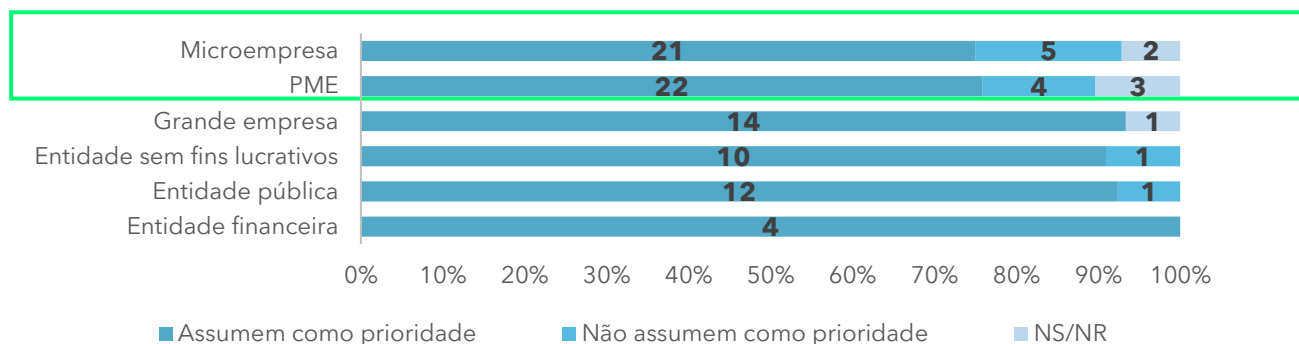


### SETOR DE ATIVIDADE



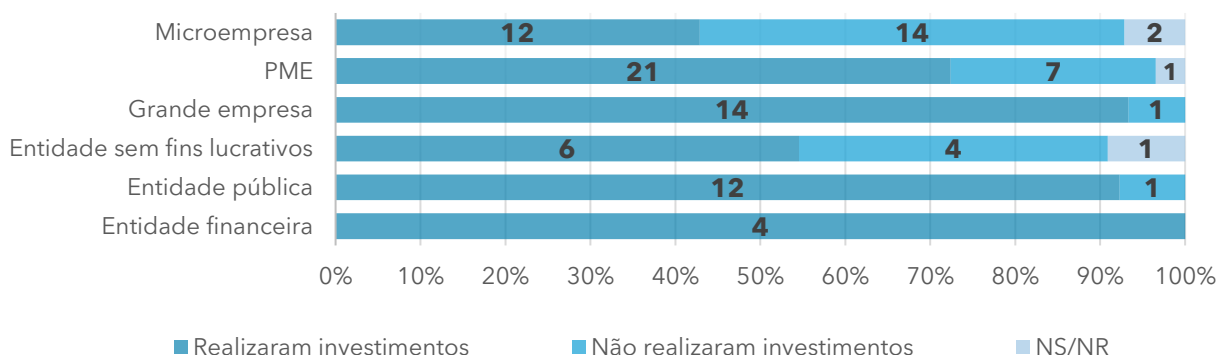
# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMO PRIORIDADE

## PRIORIDADE DADA À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA POR TIPOLOGIA DE ENTIDADE N=100



A **transição energética é considerada prioritária por mais de 80% das entidades inquiridas**. Apenas 11% das entidades indicaram que a transição energética não é uma prioridade. Destas, a maioria (82%) corresponde a PME e microempresas.

## INVESTIMENTOS REALIZADOS EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NOS ÚLTIMOS 3 ANOS N=100



É possível perceber que nem todas as entidades que consideram a transição energética como um tema prioritário, investiram em projetos desta natureza nos últimos 3 anos. Ainda assim, **a grande maioria das entidades (69%) investiu em projetos de transição energética neste período**. Das entidades que indicaram não ter realizado investimentos em transição energética nos últimos 3 anos: 52% são microempresas, 26% são PME e 15% são entidades sem fins lucrativos.

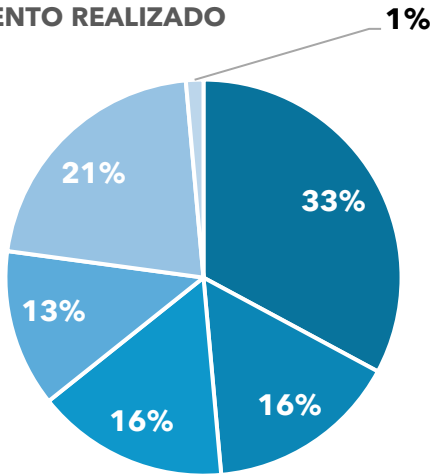
**As entidades financeiras, grandes empresas e entidades públicas apresentam taxas muito elevadas de realização de investimentos nesta temática**. Seguem-se as PME com 72% de taxa de investimento, mostrando que a maioria investiu, mas ainda há um número relevante de entidades que não o fez. As microempresas e entidades sem fins lucrativos são os grupos com menor proporção de investimento. As razões para que isto aconteça são apresentadas mais à frente neste estudo.

# INVESTIMENTO REALIZADO

## MONTANTES DE INVESTIMENTO REALIZADO

N=69

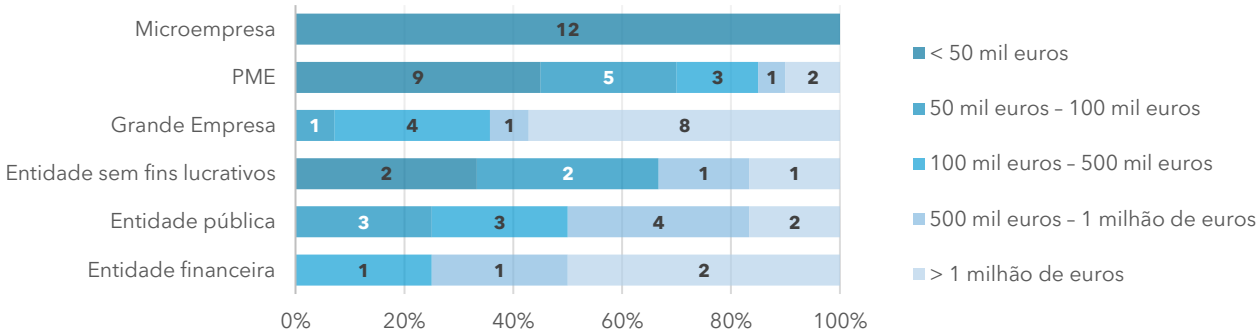
- < 50 mil euros
- 50 mil euros - 100 mil euros
- 100 mil euros - 500 mil euros
- 500 mil euros - 1 milhão de euros
- > 1 milhão de euros
- NS/NR



Considerando apenas a amostra que respondeu positivamente a ter realizado investimentos em transição energética nos últimos 3 anos (69 respondentes), a **maioria das entidades investiu mais de 50 mil euros** (33%), sinalizando uma predominância equilibrada entre investimentos médios e elevados. É também importante de sinalizar que cerca de 1 em cada 5 entidades reportou investimentos superiores a 1 milhão de euros, sinalizando também a presença de projetos de maior dimensão.

## MONTANTES DE INVESTIMENTO REALIZADO POR TIPOLOGIA DE ENTIDADE

N=69



Analisando os montantes de investimento realizado por tipologia de entidade, é possível observar que as **microempresas** investiram exclusivamente abaixo dos 50 mil euros, **refletindo limitações de escala e recursos**. As **PME** apresentam uma distribuição mais variada, com destaque para investimentos até 100 mil euros, mas também alguns casos acima de 1 milhão de euros. As **grandes empresas** lideram nos investimentos superiores a 1 milhão de euros, evidenciando capacidade de **mobilização de capital para projetos estruturantes**.

É também importante notar que as **entidades públicas** mostram uma distribuição equilibrada entre os intervalos de 50 mil euros até mais de 1 milhão de euros, sinalizando envolvimento em projetos de diferentes dimensões. As **entidades sem fins lucrativos** apresentam diversidade, com investimentos desde menos de 50 mil até acima de 1 milhão, o que pode refletir projetos realizados em parceria. Contudo, dado o número limitado de respostas nestas duas tipologias, os resultados devem ser analisados com alguma reserva.

# INVESTIMENTO REALIZADO

## PROJETOS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A maioria das entidades investiu exclusivamente em **projetos de implementação interna**, demonstrando que as organizações reconhecem na transição energética uma oportunidade concreta de melhoria de desempenho e de criação de valor. Apenas 15% investiram exclusivamente em **projetos realizados em parceria**, revelando que existe potencial para promover iniciativas colaborativas, capazes de gerar maior impacto, escala e inovação na transição energética. 23% das entidades **combinaram ambos os tipos de projeto**, refletindo uma abordagem mais abrangente e estratégica em relação à transição energética.

### TIPOLOGIA DE PROJETOS IMPLEMENTADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

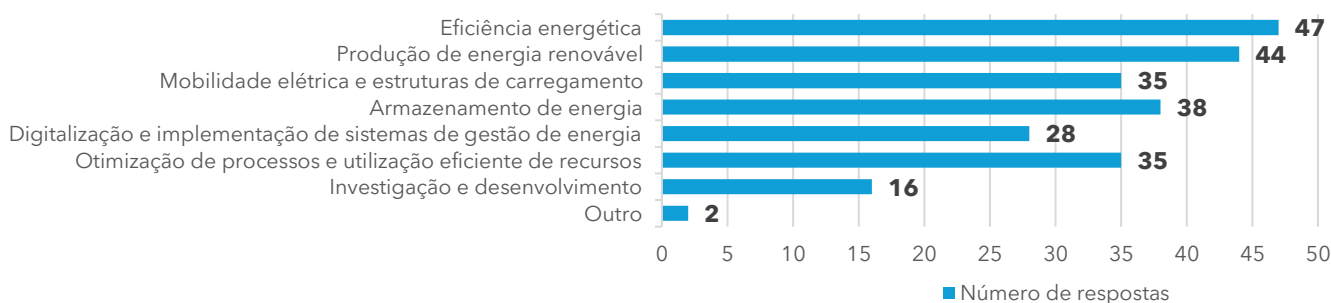
N=69



A **eficiência energética**, a produção de **energia renovável** e a **mobilidade elétrica** foram as principais áreas de investimento em projetos de transição energética nos últimos 3 anos. A maioria das entidades mostra estar a atuar em múltiplas frentes da transição energética - apenas 15% das entidades investiram numa única área nos últimos 3 anos; enquanto 55% das entidades investiram em, pelo menos, três áreas distintas.

### TIPOLOGIA DE PROJETOS A IMPLEMENTAR NO FUTURO

N=69

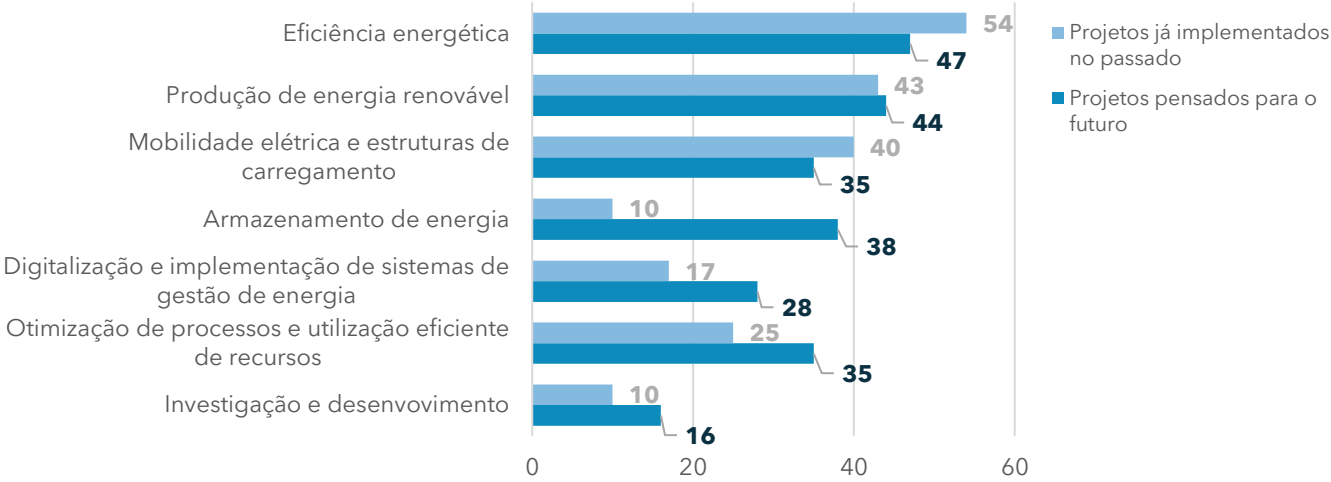


A tipologia de projetos em que as entidades pensam investir no futuro é mais distribuída, observando-se uma maior intenção de investimento nas tipologias nas quais os **investimentos foram em menor número nos últimos 3 anos** - **Armazenamento de energia, Otimização de processos, Digitalização e I&D**. A tendência para investimento em múltiplas frentes da transição energética é reforçada - apenas 7% das entidades pensam investir numa única área no futuro; enquanto 71% das entidades pensam investir em, pelo menos, três áreas distintas.

# INVESTIMENTO REALIZADO

## TIPOLOGIA DE PROJETOS IMPLEMENTADOS E A IMPLEMENTAR

N=69



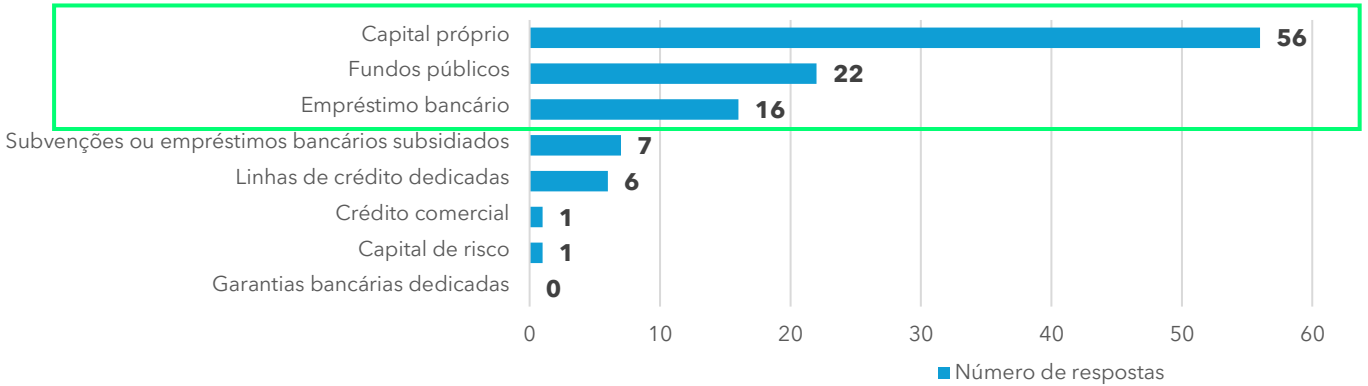
Ainda que se tenha verificado uma **diminuição no número de indicações para investimento em duas das três principais tipologias nas quais já se investiu no passado**, em particular em relação à Eficiência Energética, esta e a Produção de Energia Renovável mantêm-se como as principais tipologias a investir no futuro. Contudo, a **Mobilidade Elétrica** passa para quarto lugar. O **Armazenamento de Energia** mostra um aumento significativo, de 15% das entidades a 55%, refletindo preocupação com a gestão de picos e autoconsumo, passando a ocupar o terceiro lugar.

# INVESTIMENTO REALIZADO

## FONTES DE FINANCIAMENTO

### FONTES DE FINANCIAMENTO USADAS

N=69



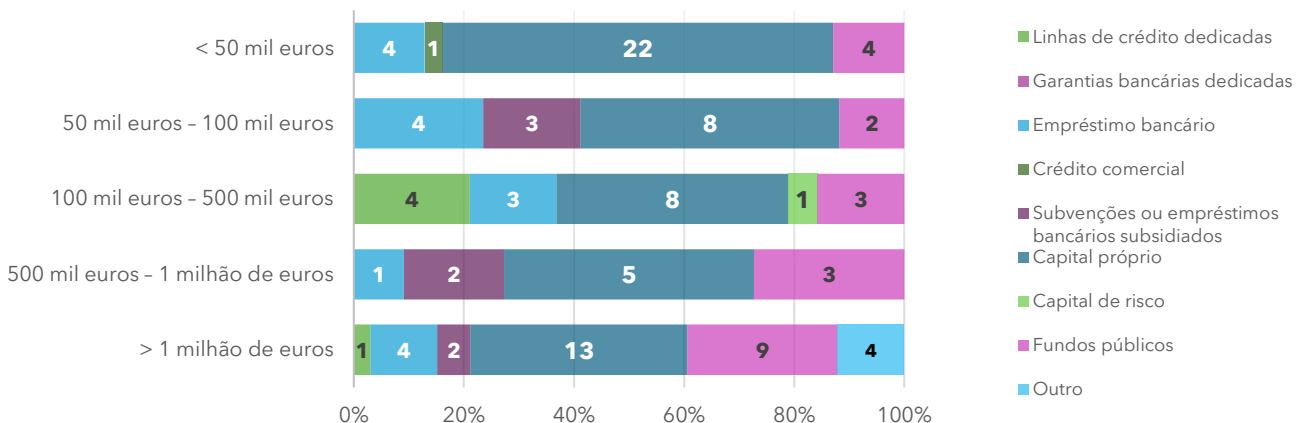
O **capital próprio** foi a principal fonte de financiamento utilizada em projetos de transição energética no passado, sendo mencionado por 81% das entidades. Cerca de 45% das menções ao uso de capital próprio ocorrem de **forma isolada** - apenas se equiparando às subvenções ou empréstimos bancários, com 43% das menções a ocorrerem de forma isolada.

As fontes mais utilizadas são o **capital próprio, os fundos públicos e o empréstimo bancário**. Apenas 19% das menções ao uso de empréstimo bancário ocorreram de forma isolada, enquanto as restantes foram sempre associadas, pelo menos, ao capital próprio.

Seguem-se as **subvenções ou empréstimos bancários subsidiados e as linhas de crédito dedicadas**, com menos de 10% das entidades a referirem cada uma destas fontes - indicando a **necessidade de uma comunicação mais eficaz sobre as mesmas e/ou da diminuição das barreiras de acesso**. O crédito comercial e o capital de risco foram apenas mencionadas uma vez e as garantias bancárias dedicadas não foram usadas por nenhuma das entidades para financiar projetos de transição energética.

### FONTES DE FINANCIAMENTO USADAS POR MONTANTE DE INVESTIMENTO

N=69

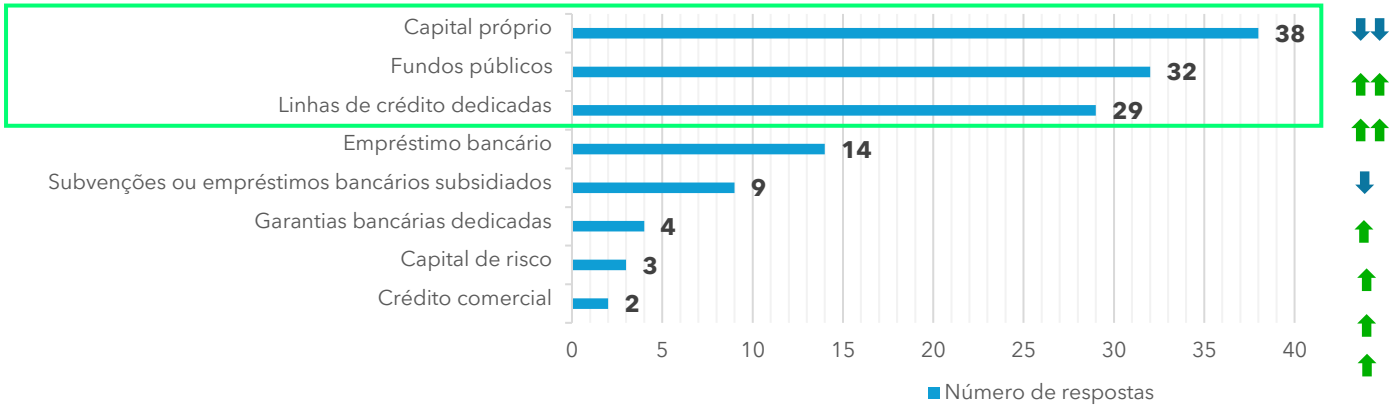


O **capital próprio** é a fonte mais indicada em todos os intervalos de investimento. Assume maior expressão quando os investimentos realizados são inferiores a 50 mil euros, pois é neste intervalo que o capital próprio é mais usado de forma isolada. Os **fundos públicos** ganham maior relevância quando os investimentos são superiores a 1 milhão euros.

# INVESTIMENTO REALIZADO

## FONTES DE FINANCIAMENTO A USAR NO FUTURO

N=69



Comparando as fontes usadas e as que consideram usar no futuro, o uso de **capital próprio** para investir em projetos de transição energética mantém-se como a **principal fonte apontada**. Contudo, há uma **diminuição significativa** - o que pode indicar uma limitação de recursos internos ou uma maior abertura a fontes externas para este propósito.

As **linhas de crédito** dedicadas mostram um aumento significativo (de 6 para 29 entidades) - revelando uma intenção crescente quanto ao uso destes instrumentos especializados. Uma comunicação mais eficaz e um maior apoio às entidades promotoras destes projetos, neste momento, poderá ter um impacto positivo na concretização efetiva desta procura. Os **empréstimos bancários** são a **única fonte de financiamento que diminui**, embora ligeiramente.

O capital próprio deixa de ser a fonte de financiamento mais referida de forma isolada, passando a igualar os fundos públicos e as linhas de crédito dedicadas. De uma forma geral, observa-se uma maior diversificação das fontes consideradas no futuro. O **capital próprio e os empréstimos bancários** apresentam-se como fontes preteridas - o que pode refletir uma **procura por menor risco financeiro ou maior alinhamento com políticas públicas e incentivos**.

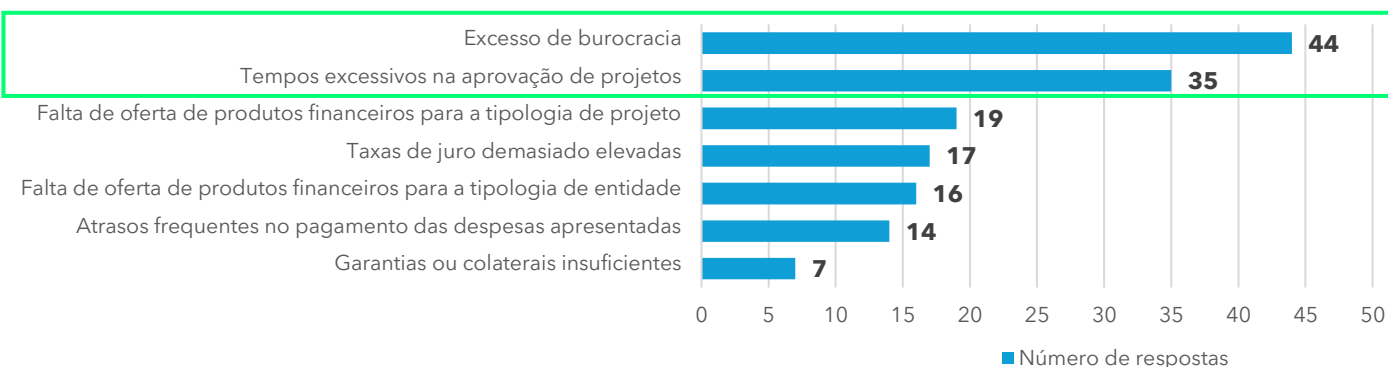
Quando questionadas sobre as **fontes financiamento externas** que as entidades privilegiam quando necessário, a preferência recai fortemente sobre os **fundos públicos** e as **linhas de crédito dedicadas**, passando qualquer uma das outras fontes a ter uma expressão pouco significativa.

Estas são apontadas como as **fontes mais vantajosas e alinhadas com as necessidades e objetivos da transição energética**. Quanto às linhas de crédito dedicadas, destaca-se o facto de estas estarem associadas a **condições financeiras mais favoráveis** (taxas bonificadas, prazos adequados) e processos mais céleres. As subvenções ou empréstimos bancários subsidiados perdem expressão, mas são valorizados pela redução dos custos de financiamento.

# INVESTIMENTO REALIZADO

## FATORES LIMITATIVOS NO ACESSO A UTILIZAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO

N=69



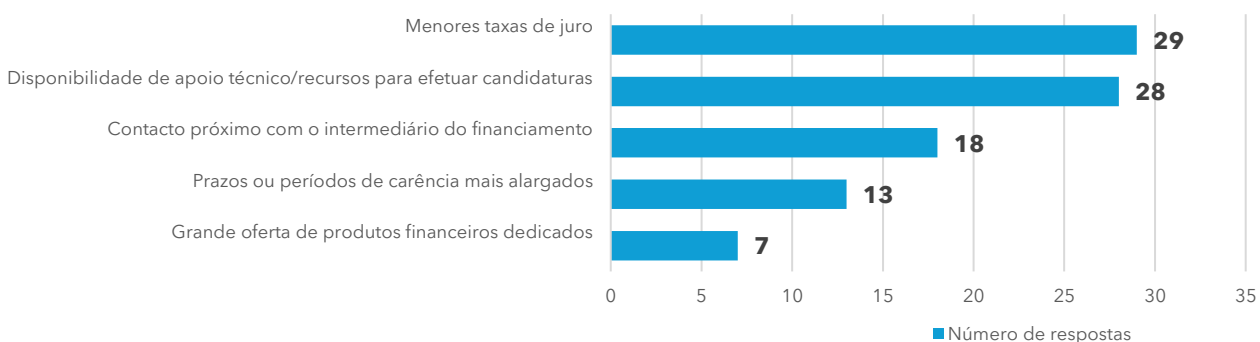
O **excesso de burocracia** é o fator limitativo mais mencionado no acesso a fontes de investimento, sendo referido por cerca de 64% das entidades. Os **tempos excessivos na aprovação de projetos** são o segundo fator mais indicado, referido por 51% das entidades - a propósito da morosidade processual, é de notar que os atrasos nos pagamentos das despesas apresentadas também têm uma expressão relevante, sendo referidos por 20% das entidades.

A **falta de produtos financeiros adequados**, tanto para a tipologia de projeto (mencionado 28% pelas entidades), como para a tipologia de entidade (mencionado 23%) e as taxas de juro demasiado elevadas (mencionado 25%), também têm uma expressão significativa, o que revela lacunas na adequação da oferta financeira.

Há também **outras barreiras menos frequentes**, mas relevantes, como: desfasamento entre a análise financeira e a realidade operacional; forma jurídica da organização; tipologia da entidade (ex: Small Mid Cap, não PME); metas de melhoria desadequadas para quem já é eficiente; limitação de financiamento para a área geográfica (ex: Lisboa e Vale do Tejo), falta de abertura de avisos.

## FATORES DE SUCESSO NO ACESSO A UTILIZAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO

N=69



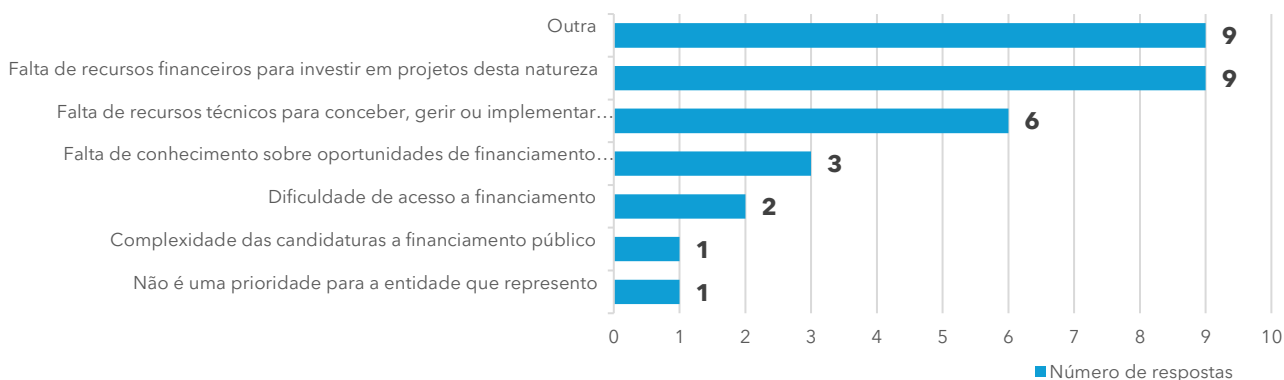
O fator de sucesso mais referido são as **menores taxas de juro** - mostrando a importância do custo do financiamento na decisão sobre as fontes de financiamento a usar. A **disponibilidade de apoio técnico** ou **recursos para efetuar candidaturas** é referida com igual expressão - sugerindo a necessidade de apostar em iniciativas a este nível. Nos outros fatores de sucesso surgem menções como: adequação às necessidades específicas do beneficiário; e elevado grau de execução em candidaturas aprovadas anteriores.

# INVESTIMENTO NÃO REALIZADO

Das entidades que **não realizaram investimentos** em transição energética nos últimos 3 anos, 58% indicaram que a transição energética é um tema prioritário. Destas, a maioria são microempresas – 56% são microempresas, 22% são entidades sem fins lucrativos, seguindo 17% PME.

## RAZÕES PARA O NÃO INVESTIMENTO

N=31

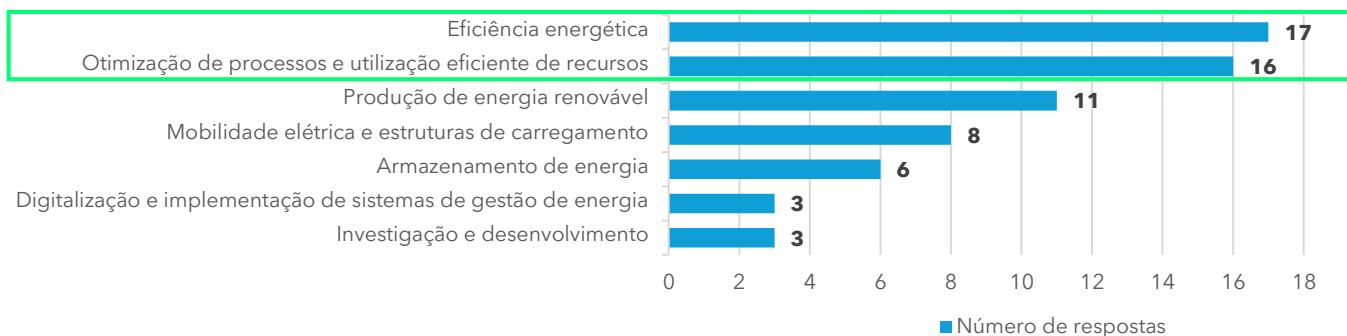


A **falta de recursos financeiros** para investir em projetos desta natureza é a razão mais citada, tendo sido indicada por 29% destas entidades. Dentro de outras razões, que se apresenta com uma expressão igualmente significativa podemos observar a menção de motivos de ordem contextual, quer internos quer externos, sendo importante identificar, quer entidades indicam já ter realizado investimentos no passado ou estar a planear investimentos para breve.

Relativamente aos **motivos de ordem contextual**: aponta-se, como razão para o não investimento em transição energética, o baixo consumo de eletricidade e os recursos financeiros limitados, associados à dimensão reduzida destas entidades (e, em alguns casos, à utilização pontual dos espaços devido a práticas de teletrabalho); a localização das empresas em lojas ou andares alugados, o que limita a possibilidade de realizar intervenções no imóvel.

## TIPOLOGIA DE PROJETOS PENSADOS PARA O FUTURO

N=31

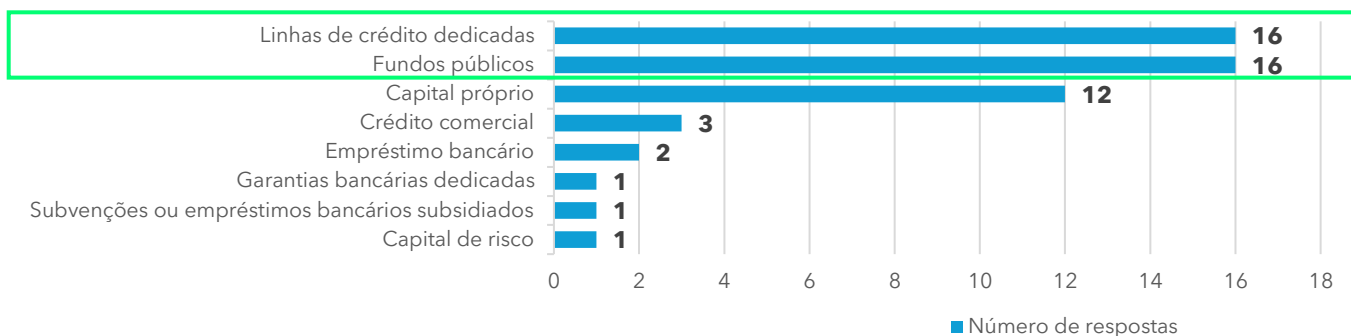


Considerando as entidades que não investiram na transição energética nos últimos 3 anos, quando questionados sobre a tipologia de projetos pensados para o futuro, 55% indicam como principal tipologia a **eficiência energética**. A **otimização de processos** destaca-se neste grupo, aparecendo lado a lado com a eficiência energética entre as prioridades de investimento, sendo apontada por 52% das entidades.

# INVESTIMENTO NÃO REALIZADO

## FONTES DE FINANCIAMENTO A USAR NO FUTURO

N=31

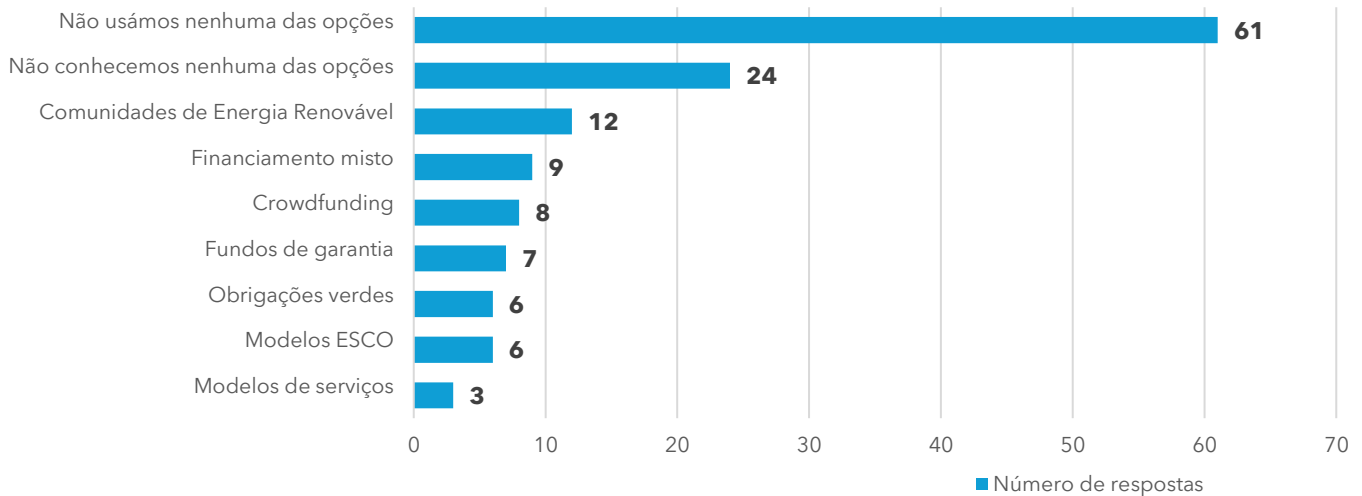


As **linhas de crédito dedicadas** e os **fundos públicos** são, de forma destacada, as **opções mais consideradas para investimento futuro**, aparecendo em igual número de respostas. O capital próprio também tem um peso significativo, mostrando que muitas entidades ponderam investir recursos próprios. A indicação destas três fontes de financiamento como as principais a usar no futuro está alinhada com a do grupo das entidades que já investiram em transição energética. Já os empréstimos bancários e as subvenções ou empréstimos bancários subsidiados apresentam uma menor relevância. O crédito comercial surge como a quarta opção mais referida, mas já com uma diferença grande face às três primeiras. Neste grupo, observa-se ainda uma prevalência destacada dos fundos públicos como fonte de financiamento mais referida de forma isolada (5 de 31 entidades).

# OPÇÕES DE FINANCIAMENTO ALTERNATIVAS

## CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE OPÇÕES DE FINANCIAMENTO ALTERNATIVAS

N=100



No âmbito deste estudo, um dos temas de destaque foi também avaliar o conhecimento e utilização de opções de financiamento alternativas para a concretização de investimentos em transição energética. Considerando a amostra total de respondentes, verifica-se um **acentuado défice de conhecimento e de adoção de alternativas de financiamento para projetos de transição energética**: 74% das entidades declaram não recorrer a essas opções, seja por desconhecimento ou por falta de utilização. Entre as **opções mais familiares**, destacam-se as **Comunidades de Energia Renovável**, seguidas de instrumentos financeiros híbridos (financiamento misto) e **Crowdfunding**. Opções como modelos de serviços, modelos ESCO e obrigações verdes ainda têm presença muito limitada, indicando espaço para promoção e capacitação.

Considerando a **tipologia de entidades** participantes, 89% das microempresas, 80% das PME, 80% das grandes empresas, 77% das entidades públicas e 55% das entidades sem fins lucrativos indica não ter usado ou não conhecer as opções apresentadas. É de destacar que 3 das 4 entidades financeiras, pelo menos, conhecem as opções de financiamento apresentadas.

## FATORES QUE DIFICULTAM O ACESSO OU UTILIZAÇÃO

Quando questionados sobre fatores que dificultam o acesso ou adoção destas opções, duas **barreiras** destacam-se claramente: a **falta de divulgação/informação sobre estas opções** e a **necessidade de adaptação da legislação/regulamentação** para promover a sua utilização.

A **instabilidade política** é também apontada como um fator que impacta negativamente a adoção de abordagens de financiamento mais inovadoras, tal como o seu **processo de acesso**, sendo considerado longo, complicado ou arriscado.

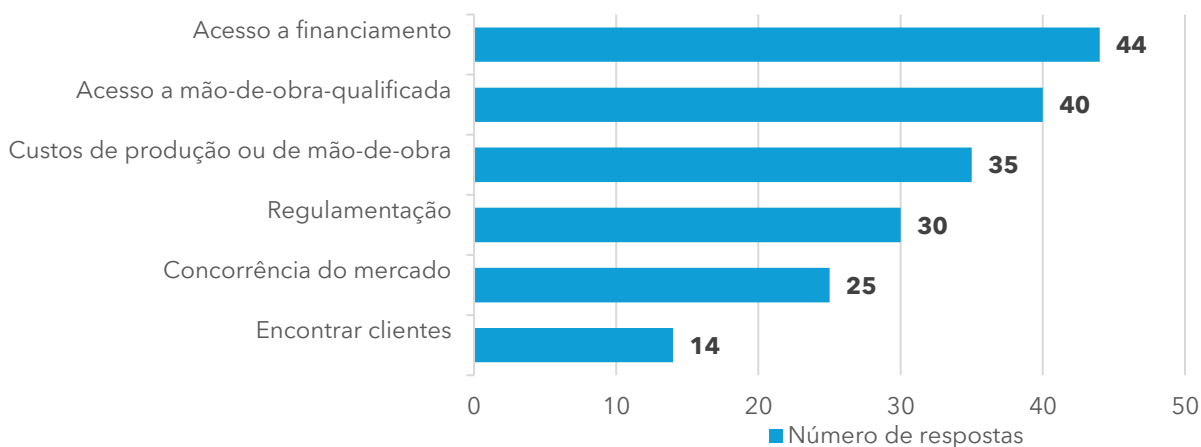
Outros fatores apontados por mais de metade dos respondentes prendem-se com a necessidade de mais incentivos para começar a usar opções inovadoras; existência de muitas oportunidades de financiamento público, dispensando uso de outros instrumentos; e um mercado pouco dinâmico e competitivo (falta de oferta ou parceiros).

# OBSTÁCULOS E DESAFIOS

Para além do objetivo de retratar o panorama de investimentos em transição energética, foi também importante diagnosticar os principais obstáculos enfrentados nos últimos 3 anos pelas entidades e os seus principais desafios futuros (nos próximos 3 anos), que impactam os seus investimentos em transição energética a curto-médio prazo.

## PRINCIPAL OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NOS ÚLTIMOS 3 ANOS

N=100

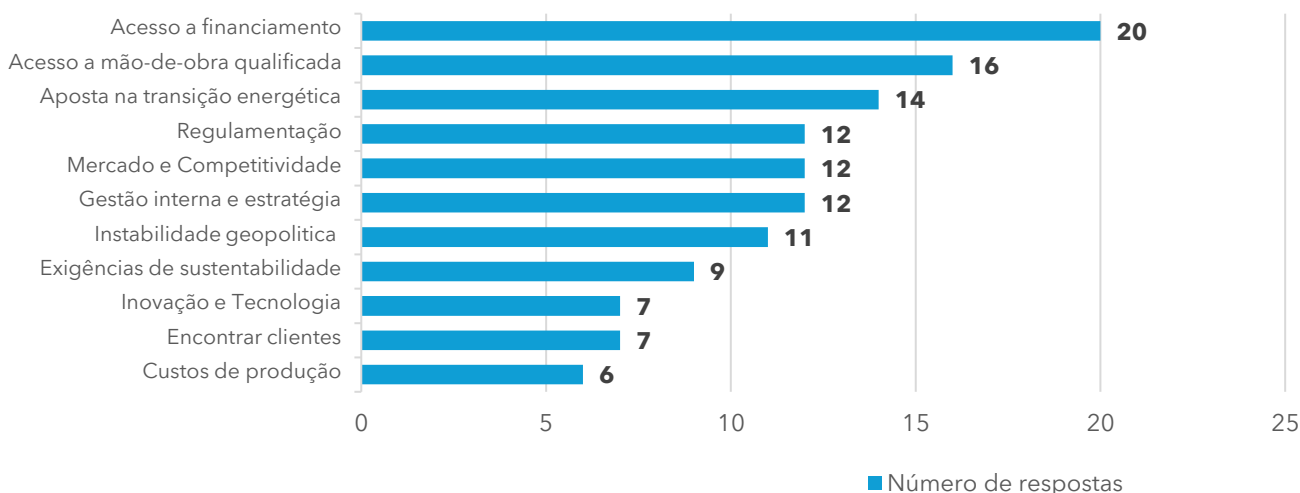


O **acesso a financiamento é o obstáculo mais citado**, afetando quase metade das entidades – um sinal claro de que a limitação de capital é um entrave transversal. Os **principais obstáculos nos últimos 3 anos foram financeiros** e de **recursos humanos**, seguidos por **barreiras regulatórias**. Estes fatores combinados ajudam a explicar parte das dificuldades em avançar com investimentos, incluindo na transição energética.

As diferentes tipologias de entidades enfrentaram múltiplos obstáculos nos últimos 3 anos. Para as microempresas pode-se destacar o acesso a mão-de-obra qualificada. As PME, assim como as grandes empresas, mostram uma distribuição homogénea pelos diferentes obstáculos enfrentados.

## PRINCIPAIS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS 3 ANOS

N=100



O **acesso a financiamento** mantém-se como o desafio mais citado, seguido de perto por acesso a mão-de-obra qualificada – o que está em linha com os principais obstáculos enfrentados nos últimos 3 anos. A **aposta na transição energética é o terceiro desafio mais mencionado**, mostrando que muitas entidades reconhecem a urgência, mas também a dificuldade, de avançar nesta área. A inovação e tecnologia e encontrar clientes aparecem com expressão reduzida.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estudo - Modelos de Financiamento de Transição Energética oferece um diagnóstico abrangente sobre os modelos de financiamento e o panorama do investimento na transição energética em Portugal.

Através de um estudo realizado com 100 entidades de diversos setores, concluiu-se que, embora a **transição energética seja uma prioridade para mais de 80% das organizações**, existe um fosso entre a intenção e a prática, com apenas **69% a terem realizado investimentos efetivos nos últimos 3 anos**. Esta disparidade é particularmente visível em microempresas e entidades sem fins lucrativos, que enfrentam maiores dificuldades de investimento por limitações de escala e recursos. O **capital próprio tem sido a fonte de financiamento predominante**, especialmente para projetos de pequena escala (abaixo de 50 mil euros), mas observa-se uma tendência futura para a diversificação, com um interesse crescente em linhas de crédito dedicadas e fundos públicos.

As áreas tradicionais de foco, como a eficiência energética, energias renováveis e mobilidade elétrica, começam agora a dar lugar a investimentos em tecnologias emergentes, como o armazenamento de energia e a digitalização. No entanto, o progresso é travado por barreiras significativas, onde o excesso de burocracia (64%) e a morosidade na aprovação de projetos (51%) surgem como os principais obstáculos.

Adicionalmente, o estudo revela um **acentuado défice de literacia de fontes de financiamento alternativas**: 74% das entidades desconhecem ou não utilizam opções de financiamento alternativas, como modelos ESCO, comunidades de energia renovável ou *crowdfunding*. Para o futuro próximo, o acesso a financiamento e a falta de mão-de-obra qualificada consolidam-se como os desafios mais críticos para as organizações portuguesas.

A importância deste estudo reside na sua capacidade de atuar como uma **bússola estratégica tanto para o setor privado como para o setor público**. Para as entidades e empresas, os resultados demonstram que a competitividade futura dependerá da transição de investimentos isolados para abordagens colaborativas e diversificadas. Para o setor público, este diagnóstico é fundamental na preparação e desenvolvimento de futuros programas de financiamento. **Os dados sublinham a necessidade urgente de uma simplificação administrativa, da redução da carga burocrática e os tempos de resposta, que são atualmente os maiores inibidores do investimento privado.**

Em última análise, este relatório fornece a evidência necessária para alinhar as estratégias de investimento nacionais com as metas ambiciosas do PNEC 2030 e do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, garantindo que o financiamento não seja apenas um obstáculo, mas o motor da transformação sustentável de Portugal.





Co-funded by  
the European Union



S317  
CONSULTING



**DECO**



Co-financed by the European Union. However, the views and opinions expressed are those of the sole responsibility of the author(s) and do not necessarily reflect those of the European Union or CINEA. Neither the European Union nor the authority that provided the funding can be held responsible for them.